



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Mestre em teoria econômica pela FEA-USP, é economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV IBRE



Teto de gastos, palavras e fatos

Não basta controlar a despesa; é preciso elevar o resultado primário

Escrevi, há algumas semanas, um artigo neste espaço argumentando que o teto de gastos criado em 2016 é muito superestimado por diversos analistas. Como seria de esperar, recebi uma enxurrada de críticas. Talvez a mais vocal delas tenha sido aquela do economista Alexandre Schwartsman, em artigo publicado em outro jornal.

Alexandre colocou o debate como se ele estivesse apresentando “fatos” e eu, somente “palavras”. Chegou até mesmo a denominar alguns de meus argumentos como “vento”. Curioso, já que eu, o “moço de cálculos”, apresentei diversos números/fatos em meu artigo anterior.

Vale assinalar que eu não sou

contra um teto de gastos; minha crítica sempre foi quanto ao desenho excessivamente simples e à calibragem numérica irrealista (despesa real congelada por dez anos) daquele teto da EC 95/2016, além da ausência de um “plano de voo” para o seu cumprimento entre 2017 e 2026.

Outros “moços de cálculos” Fábio Giambiagi e Guilherme Tinoco, craques em finanças públicas sugeriram, ainda em meados de 2019, alterar o teto original, substituindo-o por um novo teto, com reajustes reais positivos e crescentes das despesas. Isso porque quem fez contas com cuidado, como eles, eu e vários outros, constatava que o teto não era exequível, mesmo que fossem imple-

mentadas outras reformas nas despesas obrigatórias para além da importantíssima reforma da Previdência aprovada em 2019.

Dito isso, a introdução do teto de fato foi positiva em um primeiro momento, ao “apagar um incêndio” em 2016. Não obstante, a nova regra fiscal passava bem longe de representar uma mudança estrutural na dinâmica das despesas. Já em 2020, com os gastos do Fundeb tendo sido quase triplicados (estavam fora do teto), aquela regra fiscal foi muito enfraquecida, para ao final ter morrido de “morte matada”, no final de 2021, com as alterações casuísticas nos precatórios e no indexador, de olhos nas eleições de 2022.

Aponte, em meu artigo anterior, que a relação entre dívida e PIB subiu bastante nos três anos iniciais do teto e acumularia alta de 14 p.p. ao longo de oito anos, segundo as expectativas de consenso formuladas antes da pandemia.

Para que um ajuste fiscal seja bem-sucedido, não basta apenas controlar a despesa; é preciso elevar o resultado primário e, também, que a composição desse ajuste não machuque tanto o crescimento do PIB, para que, no final das contas, a dívida/PIB estabilize ou recue.

Ainda que o teto tenha gerado uma melhoria das expectativas, ele não gerou aumento relevante do resultado primário estrutural (apresentei os números mais recentes da SPE no artigo anterior). Vale destacar que os resultados primários efetivos elevados em 2021 e 2022 foramaju-

dados por receitas infladas, pela ordem, em 1,4% e 2,2% do PIB, por conta de altas temporárias dos preços das commodities e da inflação muito acima das metas.

Ademais, essa melhora das expectativas gerada pela introdução do teto não foi suficientemente forte para que se materializasse a tão desejada “contração fiscal expansionista”: o crescimento médio do PIB no período foi de apenas 1,4% a.a., configurando a recuperação mais lenta após uma recessão já registrada em 40 anos algo que manteve a inflação em torno do piso da meta durante boa parte do período 2017-19.

Uma economia com inflação muito abaixo da meta central e que operava com excesso enorme de ociosidade, como era nosso caso em 2017-2019, precisava mesmo de juros reais muito baixos para sair daquele estado sub-ótimo.

Abre tua Conta Digital pelo app e arrasa



- Sem mensalidade
- Sem comprovantes
- Com Cartão de Crédito*

Baixa o app:



banrisul
*Sujeito à análise de crédito.

Trabalhos científicos abordam enchentes no Rio Grande do Sul

/CLIMA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O encerramento do projeto RS: Resiliência&Sustentabilidade ocorrerá na próxima sexta-feira, a partir das 9h, em uma Conferência Científica aberta ao público no salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), em Porto Alegre. Na ocasião, será apresentado livro que reúne 10 pesquisas feitas desde o ano passado por universidades gaúchas a respeito de questões envolvendo as alterações climáticas e as cheias.

Um dos coordenadores do projeto, João Ferrer, comenta que se trata de um legado de reflexão sobre as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, assim como estudos para apontar caminhos para evitar novos desastres ou indicar políticas públicas que permitam à sociedade se adaptar às nossas condições climáticas. “É basicamente um projeto que

envolve a inteligência instalada no Rio Grande do Sul para pensar e discutir o problema da mudança climática”, enfatiza Ferrer.

Foram selecionadas dez linhas de pesquisa que contaram, no total, com recursos na ordem de R\$ 800 mil. A iniciativa foi financiada através de uma doação dirigida à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) pela Open Society Foundations, instituição global de filantropia privada que apoia grupos independentes que trabalham pela justiça, governança democrática e direitos humanos. A ação também contou com a promoção da então Secretaria para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul (SERS), do governo federal.

Os estudos foram conduzidos pela Ufrgs (3), Unipampa (1), UFSM (2), UFCSPA (1), UFPel (1) e Furg (2). O contrato previa, ao final, a entrega de um artigo por parte de cada uma dessas instituições. Ferrer reitera que esses documentos servirão como sub-

sídios para o desenvolvimento de políticas públicas. Ele detalha que há trabalhos de áreas temáticas muito diversas. Ferrer cita como exemplo o segmento de agronomia, tratando da recuperação dos solos que são atingidos por desastres climáticos, e a pesquisa no campo da meteorologia, com a ideia de um novo sistema de prevenção baseado na Inteligência Artificial para ter maior precisão nas previsões de tempo. Além disso, há uma avaliação sobre a economia gaúcha, indicando que quanto mais diversificada, mais resiliência ela terá.

Sobre a origem de trabalhos abordando o tema, o coordenador do RS: Resiliência&Sustentabilidade considera que avaliações feitas por especialistas gaúchos e de fora do Estado podem ser complementares. “Não acho que tenha contradição em escutar aquilo que os nossos cientistas locais estão dizendo e ouvir experiências internacionais. O que a gente não pode fazer é esquecer que aqui há uma inteligência instala-



GIULIAN SERAFIM/PMPA/JC

Evento na Ufrgs debaterá questão das chuvas no RS e impacto no clima

da que tem capacidade de reflexão”, sustenta Ferrer.

O evento de sexta-feira no salão de Atos da Ufrgs contará com um painel de abertura com uma das principais autoridades mundiais em mudanças do clima, a economista filipina Sara Ahmed, conselheira do V20 (grupo de países mais vulneráveis a esse fenômeno). Estará presente também, para o painel de encer-

ramento, a diretora de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Inamara Mélo. Entre a abertura e o encerramento, os pesquisadores apresentarão seus artigos para o público presente. A programação completa pode ser acessada no site rs-resiliente.com.br, onde é possível realizar a inscrição, que é gratuita.